

RELATÓRIO DE GESTÃO ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS Ano de 2014

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório complementa o Relatório de Actividades de 2014, tratando especialmente da análise, ainda que breve, das principais rubricas das Demonstrações Financeiras da Agência relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O ano de 2014, sendo o sexto ano de actividade da Agência, tem a particularidade de, contrariamente ao que se verificou nos cinco anos anteriores, apresentar uma redução muito significativa do valor global dos proveitos, o que tem como consequência que o resultado líquido do exercício seja negativo, ainda que o prejuízo seja pequeno.

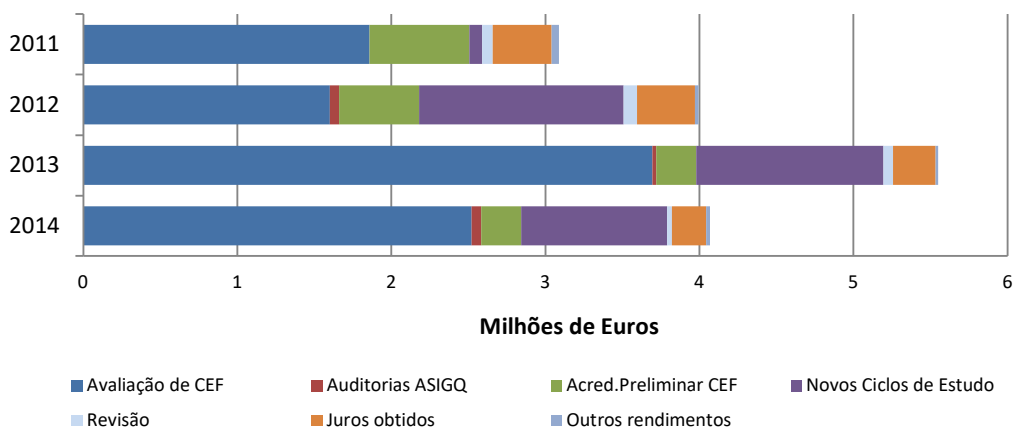
Como mais à frente se desenvolverá, a redução dos proveitos verificada fica a dever-se sobretudo aos três seguintes factores: 1) diminuição do valor da taxa de acreditação de ciclo de estudos de € 4.500,00 para € 4.000,00, redução essa que, tendo sido decidida em 2013, só veio a ter reflexos nas taxas arrecadadas em 2014; 2) um menor número de novos ciclos de estudos submetidos a acreditação (menos 37 processos); 3) uma diminuição do número de ciclos de estudos em funcionamento avaliados pelas CAE (sensivelmente menos 200 a 210 processos).

Tal como já se referiu em relatórios dos anos anteriores e conforme previsto no diploma legal que criou a Agência, bem como nos seus Estatutos, a A3ES deixou de contar para o seu financiamento, a partir de 2010, inclusive, com quaisquer dotações providas do Orçamento de Estado, passando o seu financiamento a depender apenas das suas receitas próprias, sendo estas resultantes do produto das taxas que está autorizada a cobrar a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

Durante o ano de 2014, tiveram substancial relevância nos proveitos reconhecidos pela Agência, o produto das taxas de avaliação dos ciclos de estudos em funcionamento, que representaram um pouco menos de dois terços (62% contra 67% em 2013) dos rendimentos totais (ver Gráfico 1). Depois, também a acreditação prévia de novos ciclos de estudos, assumiu particular expressão, representando cerca de 23% dos rendimentos totais da Agência. De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, foi reconhecido em 2014 o remanescente do rendimento relativo à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2009, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até este exercício. O produto dos juros das aplicações financeiras representou, assim como no ano passado, 5% do valor global de rendimentos e cobriu praticamente na sua totalidade o resultado operacional negativo.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS

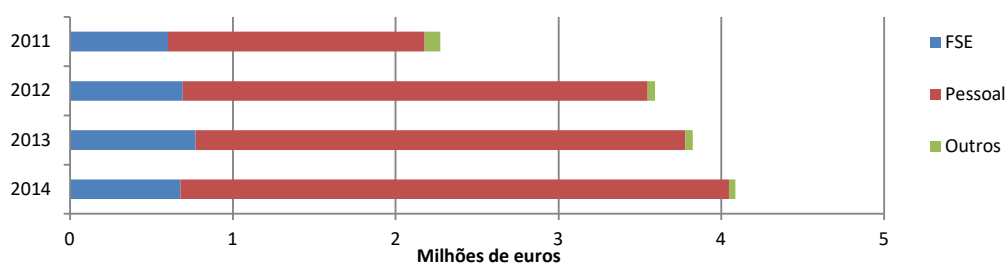


3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

À semelhança do exercício anterior, também em 2014 as principais rubricas dos gastos foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal. Em FSE's, assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, resultantes das necessidades de alojamento e transporte dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), quando das visitas às instituições de ensino superior.

Nos Gastos com o Pessoal, pode ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência (45%) e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAE (55%), gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o exercício. A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DOS GASTOS RECONHECIDOS



4. ANÁLISE DO BALANÇO

4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

Os ativos fixos tangíveis apresentam uma variação negativa equivalente ao valor das depreciações do exercício, dada a quase inexistência de aquisição de novos equipamentos em 2014.

Já os ativos intangíveis, que se referem aos investimentos feitos no sítio da Agência na Internet, na plataforma electrónica e demais software, constituindo estes os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, mantêm o ligeiro decrescimento já verificado no exercício passado. Verifica-se nesta rubrica uma diminuição de 33,33%, que é equivalente à depreciação dos referidos bens. Como já havia sido explicado anteriormente, esta ausência de investimentos mais avultados na infra-estrutura informática fica a dever-se à utilização de “free software”.

4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica, importa esclarecer que à semelhança do exercício de 2013, o valor contabilizado em “Clientes” refere-se a taxas cuja data limite para pagamento foi já ultrapassada, mas que ainda não foram liquidadas pelas instituições. Este valor é especialmente elevado no final do exercício, devido à coincidência do mesmo com a data limite para submissão dos processos de avaliação de ciclos de estudos em funcionamento ACEF/1415, que terminou a 29 de dezembro.

Por sua vez, o valor da conta “Estado e outros entes públicos” refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2015, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica “Diferimentos” respeita a rendas, seguros e outras despesas pagas em 2014, mas que são já respeitantes a 2015.

Do valor afecto a “Caixa e depósitos bancários”, que apresenta um montante global de € 10.523.257,76 (valor este ligeiramente superior ao registado no final do exercício anterior) encontravam-se em aplicações a prazo € 10.076.965,82 à data de encerramento das contas.

4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme já se disse em relatórios dos anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de €3.100.000,00, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de €1.000.000,00 acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, do montante de €2.100.000,00. Essa verba sobrança daquele subsídio, fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição, em propriedade, do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal.

No que se refere à variação do capital próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado alcançado no ano transacto, descontado do valor apurado em 2014 como resultado líquido do exercício, no montante negativo de € 19.825,15.

O valor registado em “Outras variações no capital próprio” resulta da adoção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, relacionada com o subsídio recebido do Estado e utilizado em “Despesas de investigação e desenvolvimento” e “Equipamento administrativo”, até os mesmos estarem totalmente depreciados.

4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da atividade normal da Agência, como por exemplo, do pagamento a crédito, escrupulosamente em trinta dias, aos seus fornecedores. O valor de € 65.901,40 inscrito como débito ao “Estado e outros Entes Públicos”, diz respeito às retenções na fonte de IRS, efetuadas em Dezembro de 2014, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, que foram regularmente entregues ao Estado em Janeiro de 2014. Já o valor residual relativo a “Financiamentos obtidos”, diz respeito ao capital por liquidar do contrato de “leasing” da viatura afeta ao Conselho de Administração, contrato que atingirá a sua caducidade em Fevereiro de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica “Outras contas a pagar” inclui designadamente a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2015, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2014, no valor de € 162.310,85, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2015, mas referentes a processos desenvolvidos em 2014, que ascendem ao valor de € 761.400,00, no qual estão também incluídos os casos de alguns dos seus membros não residentes, cujos dados bancários não estavam disponíveis nas respetivas fichas de identificação à data do seu normal processamento. Dentro dos restantes valores residuais, encontram-se maioritariamente valores de taxas que, em princípio, serão regularizados pelas IES nos primeiros dias de Janeiro de 2015, mas cujo normal desfasamento entre a sua transferência por parte do ordenante

e recebimento por parte da agência, obrigam a que constem desta rubrica. Estes valores estão explícitos na conta “Clientes a debitar” e ascendem a € 122.500,00.

O desenvolvimento do montante registado em “Diferimentos”, de € 4.176.000,00, pode ser observado no quadro seguinte (Quadro 1). Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2014 ou anos anteriores, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2015, sendo assim também nesse exercício que esses processos gerarão os correspondentes gastos para a Agência. Estão também inscritos nesta rubrica os rendimentos diferidos relativos à acreditação preliminar dos ciclos de estudo em funcionamento, recebidos em 2010 que, de acordo com que foi então decidido pelo Conselho de Administração com a concordância do Conselho Fiscal, foram diferidos por 5 anos. Esses rendimentos ascendem ao montante de € 259.310,00, o qual, com os anteriores, explica exatamente o valor aqui inscrito.

QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE 2014

	Proveniente de 2013	Origem em 2014	Diferido para 2015	Reconhecido
ACEF/1314	2.236.000,00 €	140.000,00 €	628.000,00 €	1.748.000,00 €
ACEF/1415		2.172.000,00 €	2.172.000,00 €	
NCE/14		1.376.000,00 €	1.376.000,00 €	
NCE/13	784.000,00 €	164.000,00 €	- €	948.000,00 €
ACEF/1213	778.500,00 € -	4.500,00 €	- €	774.000,00 €
ACRED. CEF/0910	259.310,00 €			259.310,00 €
AV. CERTF. SIGQ		60.000,00 €	- €	60.000,00 €
REVISÃO		30.000,00 €	- €	30.000,00 €
CONFERÊNCIAS		12.140,00 €	- €	12.140,00 €
ECA WORKSHOP		9.000,00 €	- €	9.000,00 €
Total	4.057.810,00 €	3.958.640,00 €	4.176.000,00 €	3.840.450,00 €

4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

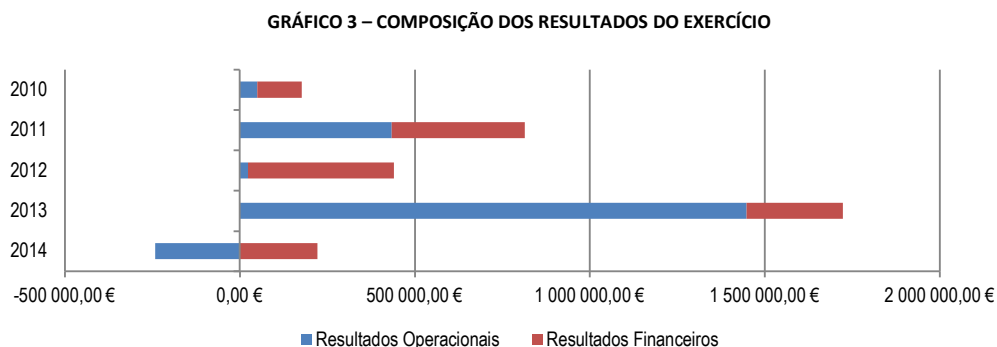
A terminar, no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de - € 18.042,56 que é, como atrás se diz, pela primeira vez negativo, ainda que num pequeno montante, contrasta sobretudo com o resultado líquido significativamente mais elevado, apurado em 2013. Essa diferença é justificada, como também já se referiu, essencialmente, por três factores distintos:

- a) A diminuição do número de novos ciclos de estudo apresentados à acreditação em 2014, quando comparado com anos anteriores.
- b) Um menor número de visitas ACEF efectuadas, o que impede o reconhecimento de um maior volume de taxas desta natureza, como rendimentos de 2014.
- c) A diminuição do valor a pagar pelas taxas de acreditação em 2013, de € 4.500,00 para € 4.000,00 e que apenas tem o seu efeito contabilístico em 2014, altura em que se reconheceram os respectivos rendimentos associados.

De notar ainda que para esse resultado contribuem os rendimentos financeiros, no montante de € 222.976,24. Os resultados financeiros foram relativamente inferiores aos obtidos em exercícios passados, devido à baixa continuada das taxas de juro oferecidas pela banca. Esta tendência negativa das taxas foi especialmente penalizadora em 2014, como também havia sido em 2013, para as aplicações

financeiras sem risco, as únicas a que a A3ES se permite recorrer - vulgo depósitos a prazo. Esta diminuição pode ser observada pelas taxas médias de rentabilidade apresentadas no quadro da página seguinte.

A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico em baixo apresentado.



5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas, reconhecimento de subsídio para investimento e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de € 3.840.450,00 provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de € 948.000,00; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, que ascendem a € 2.522.000,00; das taxas de auditoria dos sistemas de garantia de qualidade (ASIGQ) no valor de €60.000,00; e das taxas relativas aos procedimentos de revisão, no valor de € 30.000,00. A somar a este montante, existe ainda o reconhecimento dos rendimentos da acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento, que vinha sendo parcialmente diferida ao longo dos anos desde a sua cobrança em 2010, e que no exercício de 2014 apresentam o valor de € 259.310,00, tendo esse reconhecimento ficado concluído este ano.

Ainda no capítulo dos rendimentos, há a referir na conta de “Outros rendimentos e ganhos” a quantia de € 5.789,36 que respeita a correcções do exercício anterior no montante de € 2.954,82, somadas do reconhecimento da parte equivalente de subsídio ao investimento, no valor de €1.782,59 e outras regularizações residuais no montante de € 1.051,95.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo efectuadas durante o exercício e já vencidos, que totalizam € 222.976,24. Considerando que a agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações desceu praticamente 1 ponto percentual, de 3,13%

para 2,20%, quando comparado este exercício de 2014 com o anterior, como se pode observar no quadro seguinte.

QUADRO 2 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS MEIOS LÍQUIDOS

	2014	2013	2012	2011
Montante Aplicado	10.076.965,82 €	8.816.000,00 €	9.431.000,00 €	7.081.000,00 €
Resultados Financeiros	222.019,10 €	275.628,27 €	416.404,57 €	379.651,00 €
Rentabilidade Média	2,20%	3,13%	4,42%	5,36%

5.2- GASTOS (ANTES CUSTOS)

Como já se viu acima, os valores reconhecidos como Gastos durante o exercício de 2014, foram sem surpresa, maioritariamente relativos a FSE's e Gastos com o Pessoal, nos quais se incluem a retribuição dos membros das Comissões de Avaliação Externa. Estes últimos apresentam um crescimento de 18% maioritariamente motivados pelo pagamento da elaboração dos relatórios de acreditação, não diferido do exercício de 2013. Estes gastos ascenderam assim em 2014 a € 1.832.000,00.

Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, diga-se por fim que as depreciações do ativo imobilizado continuam a ser efetuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de € 24.957,91.

É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Atividades de 2014, também neste momento apresentado.

O Conselho de Administração,

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago